

EMPREGO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE A PARTIR DA DÉCADA DE 90: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CAPITAL HUMANO

Elisete Morgenstern – Acadêmica do Curso
de Ciências Econômicas da Unochapecó.

E-mail: elisetemor@unochapeco.edu.br

Rosemari Fátima Orlowski – Professora do
Curso de Ciências Econômicas da Unochapecó.

E-mail: rosef@unochapeco.edu.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal estudar o emprego na Região Oeste Catarinense a partir do capital humano, nos setores mais representativos e nas microrregiões. Num primeiro momento, fez-se uma revisão da teoria existente sobre o capital humano e uma breve análise do mercado de trabalho no Brasil e em Santa Catarina. Em seguida, foram analisados os dados da Rais sobre qualificação dos setores por grau de instrução e anos de estudo em por faixa etária nas microrregiões nos anos de 1990, 1995, 2000 e 2004. O conhecimento está ligado ao saber, com o que se aprende em sala de aula e com a capacidade de aplicar as informações armazenadas. A característica mais marcante na economia do conhecimento é o surgimento do capital humano, ou seja, pessoas educadas e habilitadas como força dominante da economia. O capital humano é melhorado com a educação e é um dos fatores que contribui para o crescimento da economia. Quanto ao mercado de trabalho no Brasil, este passou por profundas mudanças a partir da década de 1980, quando houve a necessidade de ajustes da economia o que contribuiu para uma ruptura do ciclo de crescimento. Período em que houve diminuição dos empregos assalariados e aumentou o desemprego. Na década de 1990, os sinais de desestruturação do mercado de trabalho assumiram maior destaque, consolidando a tendência de expansão do desemprego e de ocupações não organizadas. O comportamento do mercado de trabalho em Santa Catarina segue uma trajetória comum à do país, mostrando que a economia estadual reflete-se na economia nacional. Na análise dos dados constatou-se que há aumento do capital humano para os empregados na Região Oeste. Os setores que apresentaram a maior evolução em termos de capital humano foram o dos serviços e da indústria, passando da 4ª série completa para o 2º grau completo. Ao mesmo tempo se observa um aumento do número de anos de estudo das pessoas empregadas. Constatou-se também que a educação influencia na renda dos trabalhadores e que quanto mais experiência e escolaridade maiores os retornos em termo de remuneração.

Palavras-Chave: capital humano, conhecimento, emprego.

1 INTRODUÇÃO

O desemprego é fato evidente no mercado de trabalho desde a terceira Revolução Industrial, fase em que as máquinas foram introduzidas na indústria juntamente com a gerência científica, que gerou maior desemprego devido à mão-de-obra do operário ser substituída pelas máquinas com maior intensidade. O trabalho humano está sendo eliminado do processo de produção, as empresas constroem instalações de produção com tecnologia de ponta, com controle de qualidade e rapidez de entrega, alcançadas com a produção automatizada.

Enquanto isso no mercado de trabalho passou por várias transformações e para entendermos como ocorre o processo de mudanças no emprego na Região Oeste Catarinense se faz necessário uma breve análise do mercado de trabalho, assim como a evolução do trabalho no Brasil.

Se no Brasil há desemprego, isso se reflete também em Santa Catarina, para as pessoas se manterem empregadas elas necessitam de qualificação e desta forma acompanhar o processo tecnológico, pois cada vez mais as empresas buscam pessoas mais capacitadas. Ocorre que em muitos casos, o valor necessário de investimento em qualificação, acaba por deixar as pessoas fora do processo, outro fator que dificulta a qualificação é o tempo necessário para dedicação aos estudos. As pessoas precisam trabalhar para se manterem, não podem investir o tempo em educação, para depois entrarem no mercado de trabalho preparadas e desta forma obterem colocação e retorno em rendimentos. Neste contexto, o capital humano é um importante referencial para promover o crescimento econômico. Dpara uma maior compreensão é importante analisar a sociedade do conhecimento, suas características e conseqüências econômicas. Saber como o conhecimento e a educação participam do processo de acumulação do capital humano.

Muito se tem falado que a educação gera capital humano, mas existem investimentos para as pessoas estudarem e e quais os retornos proporcionados pela educação?

Com o apoio teórico de diversos pesquisadores já estudaram o tema, busca-se fazer uma análise do emprego na Região Oeste Catarinense, considerando diversos níveis de capital humano.

O presente estudo está dividido em quatro partes: sendo esta primeira a introdução, a segunda parte discute capital humano, sua relação com conhecimento, com a educação e de que forma, juntos podem contribuir para a promoção do crescimento econômico. No terceiro

item é apresentada a evolução do emprego na região Oeste Catarinense com ênfase no grau de instrução dos trabalhadores e por fim, as considerações finais.

2 O CAPITAL HUMANO COMO DIFERENCIAL PARA PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO

2.1 Sociedade do conhecimento

A denominação “sociedade do conhecimento” é creditada a Peter Drucker (1974), que escreveu a obra “Uma Era de Descontinuidade”, o autor já percebia tendências que levariam ao que intitulou a “Sociedade do Conhecimento”. Nome este porque o conhecimento é considerado fator de produção, como a terra, o capital e o trabalho, e sua existência e aplicação passam a ser fundamentais para a continuidade da sociedade.

Crawford (1994) sintetizou as características da sociedade do conhecimento, partindo do início das civilizações até hoje, enfocando os subsistemas tecnológico, econômico, social e político e assim considera quatro sociedades básicas: Sociedade Primitiva, Sociedade Agrícola, Sociedade Industrial e a atual que denomina como a Sociedade do Conhecimento.

As Sociedades Primitiva e Agrícola são baseadas na extração de uma série de recursos do ambiente natural. As atividades predominantes neste tipo de economia são: lavoura, extração de minérios, pesca e silvicultura. A organização econômica e social é baseada na propriedade de recursos naturais (predominantemente a terra).

Na Sociedade Industrial a atividade principal é a produção industrial (de máquinas) dos produtos e o capital físico e mão-de-obra não especializadas são os principais recursos desta sociedade. A organização econômica e social é baseada na propriedade do capital financeiro e físico.

Já na Sociedade do Conhecimento observam-se importantes diferenças nos serviços que representam forma dominante do emprego. É uma economia de processamento de informações no qual computadores e telecomunicações são elementos fundamentais e estratégicos, pois produzem e difundem os principais recursos de informação e conhecimento. Pesquisa científica e educação são a base de geração de riqueza. A organização econômica e social é centrada na posse da informação, do conhecimento e na utilização do capital humano, que significa pessoas estudadas e especializadas.

As mudanças ocorridas na sociedade do conhecimento também são elencadas por

Antunes (2000) que aponta uma série de mudanças com a sociedade do conhecimento como: automação do trabalho, crescimento generalizado da indústria de serviços; redução do tamanho das grandes empresas (espírito empreendedor); mudança na força do trabalho (crescimento da participação das mulheres); transformações demográficas substanciais causadas pela queda da taxa de nascimento e uma população mais velha; substituição do centro geográfico da economia, antes centrada em matérias-primas e bens de capital, para concentrar-se em informações e conhecimentos, particularmente pesquisa e educação.

“Ainda se vive no meio desta transformação e na verdade, se a história servir de guia, não estará concluída até a ano de 2010 ou 2020, mas que, certamente, já mudou o cenário político, econômico, social e moral do mundo” (ANTUNES, 2000, p.37 apud DRUCKER 1993).

No aspecto econômico as mudanças afetaram a economia de diversas maneiras como o modo de produção, distribuição e foco em novos núcleos de mercado. Para Antunes (2000) algumas conseqüências econômicas das mudanças para a sociedade do conhecimento são:

1. Mudança da hegemonia dos setores de produção, fruto do redesenho das linhas políticas no mundo;
2. Aumento do suprimento de mão-de-obra qualificada oriunda de países comunistas, com padrão de ensino igual ou superior ao do mundo capitalista, impactando o valor dos salários;
3. Desaparecimento da vantagem comparativa clássica, em que a localização da produção dependia dos recursos naturais e dos demais recursos.
4. Mudança nos insumos básicos dos produtos, que passam a consumir menos recursos naturais e a requerer mais recursos intelectuais, como por exemplo: microeletrônica, biotecnologia, hardware e software.
5. Crescimento de empresas multinacionais interessadas em empregar suas tecnologias onde os custos de produção são mais baixos.

Na sociedade do conhecimento são observadas mudanças como forma de processamento de informações, pesquisa científica e educação, estas transformações já são características do capital humano.

2.2 Capital humano

Segundo Crawford (1994), a característica mais marcante na economia do conhecimento é o surgimento do capital humano – ou seja, pessoas educadas e habilitadas –

como força dominante da economia. Em uma economia do conhecimento, o principal investimento de uma sociedade deve ser a melhoria das habilidades e talento de sua população.

O mesmo autor cita que, durante a Revolução Industrial, as máquinas substituíram a força física. Na economia do conhecimento, as máquinas complementam a capacidade mental do ser humano. Setores de manufatura pesada (aço, borracha e têxtil) estão sendo substituídos por manufaturas de tecnologia avançada (computadores, telecomunicações, eletrônica...) e pelos serviços que requerem conhecimentos mais especializados (finanças, comunicações, saúde, educação).

De acordo com Nakabashi e Figueiredo (2005) o papel do capital humano sobre o nível de renda e taxa de crescimento foi enfatizado e formalizado no final dos anos 50 e 60 por três autores: Mincer, Becker e Schutz. A introdução do capital humano na análise econômica ocorreu em função da preocupação dos pesquisadores em entender a dinâmica da distribuição de renda entre os indivíduos. Foi Mincer quem no ano de 1958, elaborou em um de seus primeiros trabalhos, o conceito de capital humano na forma que ele é entendido atualmente. Sua preocupação era de entender a distribuição de renda entre os indivíduos. A renda está intimamente relacionada aos impactos da acumulação de capital humano sobre o crescimento e o nível de renda dos países.

Para Nakabashi e Figueiredo (2005 apud BECKER, 1961), os objetivos eram explicar o padrão de rendimento dos trabalhadores e da distribuição da renda, além de fornecer uma explicação lógica para os seguintes fatos: a) Os rendimentos, usualmente, se elevam com a idade a uma taxa decrescente; b) Taxas de desemprego tendem a ser negativamente correlacionadas com o grau de qualificação; c) Firmas, em países subdesenvolvidos, tendem a ser mais “paternalistas” com os empregados em relação aos países desenvolvidos; d) Pessoas mais jovens mudam de trabalho com maior frequência e recebem mais investimento, tanto no trabalho, quanto fora dele; e) A distribuição de renda tende a ser positivamente maior, principalmente entre trabalhadores mais qualificados; e) o investidor típico em capital humano é mais impetuoso e, portanto, mais propenso a cometer erros, em relação ao investidor típico em capital físico.

Além de Mincer e Becker, o capital humano também foi estudado por Schultz nos anos de 1960, 1961, 1962 onde descreve que a inclusão de acumulação de capital humano é um elemento chave na compreensão do crescimento econômico, no longo prazo, pois ele é fonte desse processo.

Os três autores ao estudar o capital humano buscaram explicar os efeitos deste para a

economia, sendo que Mincer e Becker procuram explicar a distribuição de renda e rendimento dos trabalhadores relacionada à acumulação de capital humano, enquanto Schultz estuda a acumulação de capital humano como elemento chave para o crescimento econômico.

2.3 Conhecimento

O conhecimento está ligado ao saber, com o que se aprende em sala de aula e com a capacidade de aplicar as informações armazenadas. Crawford (1994), define conhecimento como os fatos, verdades ou princípios adquiridos a partir de estudo ou investigação; aprendizado prático de uma arte ou habilidade; soma do que já é conhecido com o que ainda pode ser aprendido.

Segundo Ferreira (2000), conhecimento é a informação ou noção adquiridas pelo estudo ou pela experiência.

Para Crawford (1994) conhecimento é a capacidade de aplicar a informação a um trabalho ou resultado específico. Conhecimento pode ser considerado como uma forma de capital. O capital como qualquer riqueza empregada com o objetivo de se produzir mais riqueza. Por exemplo: a habilidade dos médicos e sua formação geram riqueza para eles na forma de elevados rendimentos, de tal forma que o conhecimento médico também pode ser considerado capital, assim um médico pode ser considerado um capital na forma humana ou capital humano.

Para Drucker (2000), as empresas vão passar a valorizar ainda mais o conhecimento, a chave para manter a liderança na economia e na tecnologia será a posição social dos trabalhadores do conhecimento e a aceitação dos seus valores. Os trabalhadores-chave do conhecimento certamente vão continuar tendo expectativa de poder compartilhar financeiramente os frutos de seu trabalho. Cada vez mais, o desempenho das indústrias baseadas no conhecimento vai depender das instituições serem administradas de maneira a atrair, reter e motivar os trabalhadores do conhecimento.

Segundo Crawford (1994), quatro características do conhecimento e da informação fazem destes recursos únicos e criam uma nova economia:

1. O conhecimento é difundível e se auto-reproduz. Ex: As matérias-primas de uma economia industrial são recursos finitos; o minério de ferro vai chegando ao fim à medida que se produz aço.
2. O conhecimento é substituível. Ex: Um fazendeiro que consegue uma colheita maior num mesmo espaço de terra, utilizando para tanto apenas novas técnicas de plantio, não

necessita de mais terras para aumentar sua produção.

3. O conhecimento é transportável. Ex: Em poucos segundos, posso enviar para os mais diferentes lugares, via fax, um esquema para um novo chip de computador que representa meses de intensivo trabalho de engenharia.
4. Conhecimento é compartilhável. Ex: O envio de uma equipe americana de peritos sobre óleo para a ex-União Soviética em setembro de 1990 aperfeiçoou a produção de óleo soviético, e não custou nada para os Estados Unidos.

Segundo o mesmo autor, na economia do conhecimento as pessoas devem aprender na sala de aula matérias básicas, como leitura e matemática além de matérias avançadas, como física e contabilidade antes de efetivamente participar da economia do conhecimento.

2.4 Educação e crescimento econômico

O crescimento econômico é um tema que vem sendo debatido constantemente, seja pela necessidade do aumento da produção e geração de empregos ou, em função da necessidade de melhorar as condições de renda da população.

Entre as variáveis estudadas e capazes de contribuir para o processo de crescimento econômico está o capital humano.

Segundo Barreto, Alencar e Castelar (2001), o capital humano desempenha papel crucial no processo de crescimento econômico. A educação remove barreiras institucionais e sociais que dificultam o crescimento, além de estabelecer novas formas organizacionais, minimizando riscos e possibilitando o planejamento de longo prazo.

Segundo Souza (1997) outras variáveis também elevam o crescimento econômico, como o processo tecnológico que faz com que o mesmo número de trabalhadores exerça um impacto maior sobre o nível de produção. A produtividade do trabalho e do capital aumenta com maiores conhecimentos, melhor educação e saúde dos trabalhadores, uso de processos e máquinas mais eficientes, elevando o ritmo do crescimento econômico.

A importância da educação no desenvolvimento sócio-econômico de um país é inquestionável. Por um lado, acredita-se que os rendimentos dos indivíduos são em grande parte determinados pela interação entre sua dotação de educação e a taxa de retorno da mesma. Assim, o nível e a distribuição de educação desempenham um papel fundamental na determinação do nível de pobreza e da distribuição de renda de uma economia. Por essa razão, o sistema educacional é hoje visto também como um instrumento de política para a redução da pobreza e da desigualdade de renda. Por outro lado, a acumulação de capital humano e, portanto, o nível

educacional da força de trabalho têm um papel determinante no crescimento e na eficiência econômica. (FERNANDES, GREMAUD e ULYSSEA, 2004).

A mesma opinião é compartilhada com Barreto, Alencar e Castelar (2001), ao se referirem ao capital humano:

A crença que a expansão do processo de educação promove o crescimento econômico tem sido o suporte fundamental para alguns países adotarem essa estratégia de desenvolvimento nos últimos 40 anos. Desde 1960, a taxa de matrícula no primário, na maioria dos países em desenvolvimento, tem aumentado em média 66% para aproximadamente 100%, enquanto que no secundário esse número passou de 14% para 40% (Pritchett, 1999).

Também Lopes (2002 apud MYLLYNTAUS,1990) aponta a educação em massa instrumento de promoção do crescimento econômico e bem-estar social.

2.5 Investimentos em educação

O capital humano pode ser melhorado a partir da educação, desta forma, faz-se necessário investimento com o intuito de melhorar o grau de instrução da população.

De acordo com Dias, Dias e Lima (2005)

O papel da educação na determinação da produtividade da economia iniciou-se com o trabalho de Schultz (1962) e Denison (1962), onde ambos argumentaram a importância de se considerar o capital humano na função de produção agregada da economia.

Segundo os mesmos autores, quem introduziu o setor educacional no modelo de crescimento econômico como forma de gerar crescimento contínuo e sustentado no longo prazo foi Uzawa (1965) e quem consagrou a importância do capital humano em gerar crescimento sustentado foi Lucas (1988). Lucas demonstrou em seu modelo que o estoque de capital humano agregado gera um efeito de espalhamento, o que justifica os investimentos públicos em educação, devido ao ganho social advindo destes investimentos.

Dias, Dias e Lima (2005 apud ROMER, 1990), ressaltam que o capital humano tem capacidade de gerar inovações (idéias) no setor de pesquisa e desenvolvimento da economia. Os primeiros modelos preconizavam que a acumulação de capital humano (educação) melhorava qualitativamente os capitais físicos e humanos e aumentava seus coeficientes de

produtividade.

Segundo Crawford (1994) a educação é universal e os níveis de educação crescem para as novas áreas de conhecimentos que requerem mais treinamento e educação atualizada para sua aplicação. Diante deste contexto profissionais universitários e especializados tornam-se o maior grupo empregado.

Lopes (2002 apud NUÑEZ, 1990) aponta a educação formal como fator que aumenta a produtividade do trabalho e é remunerada através de salários mais altos. Diz que a educação permite um melhor conhecimento do mercado de trabalho por parte dos trabalhadores e permite-lhes responder mais facilmente às mudanças.

Uma educação de qualidade é cada vez mais pré-requisito para melhorar o IDH (índice de desenvolvimento humano) do país e aumentar o nível geral de educação.

As diferenças no fator educacional também são vistas como uma das causas das diferenças entre as regiões. Ao abordar a importância do capital humano no desenvolvimento regional convém ter presentes duas perspectivas: o capital humano como fator de crescimento e como fator de redistribuição do rendimento. O conceito de investimento não abrange só o capital humano, devido ao fato de as pessoas possuírem níveis de educação diferentes, afeta o crescimento econômico, pelo que se justifica que este fator seja incluído como fator de produção. Para ocorrer o crescimento econômico, a produtividade do capital humano, na área de investigação precisa crescer. O capital humano empregado em pesquisa será transferido desse setor para a indústria.

Segundo Lopes (2002) o capital humano é o fator explicativo dos rendimentos marginais crescentes, sendo os países mais dotados de capital humano os que têm maior possibilidade de sustentar o crescimento econômico. Surge dessa forma a teoria do crescimento endógeno, que contribui para explicar a divergência de crescimento das economias e as disparidades de desenvolvimento regional.

No caso brasileiro as diferenças regionais são muitas, sejam elas quanto a recursos naturais, como clima, solo, vegetação ou sócio econômicas como renda, saúde, emprego e educação. Para tanto se fazem necessárias políticas adaptadas as especificidades de cada região do país.

A eficiência de políticas de emprego e de qualificação da mão-de-obra no combate à pobreza e a desigualdade de renda no Brasil está intimamente relacionada à correta identificação da natureza do funcionamento do mercado de trabalho. Se o mercado de trabalho é completamente flexível, o mais adequado é investir em educação e em políticas de redução dos custos

de realocação do emprego, através de medidas de orientação, retreinamento e recolocação do trabalhador. Já no caso em que o mercado de trabalho não é flexível, educação e políticas de qualificação profissional não são suficientes para eliminar as diferenças de renda e de acesso aos bons postos de trabalho entre trabalhadores com características semelhantes. (SOARES e GONZAGA, 1997, p.3).

De acordo com Barros e Mendonça (1997), os investimentos brutos em educação no Brasil representam algo perto de 10% da renda nacional, uma cifra elevada mas ainda bastante inferior à taxa de investimento bruto em capital fixo que gira em torno de 20% da renda nacional. Esses investimentos podem ser concretizados via melhoria na qualidade ou na quantidade da educação. Pode-se ainda diferenciar os investimentos em educação de acordo com o nível em que ocorrem, podendo estar relacionados a uma melhoria na educação fundamental, secundária, superior ou técnica.

Os investimentos com educação no Brasil são diferenciados de acordo com cada etapa do aprendizado: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior. É possível identificar o gasto governamental brasileiro com educação na Tabela 1.

Tabela 1: Gasto público per capita com educação por aluno em níveis de ensino no Brasil, no período de 1994 a 2002 (em Reais).

| Ano | Educação Infantil | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Educação Superior |
|------|-------------------|--------------------|--------------|-------------------|
| 1994 | 292 | 295 | 314 | 4.233 |
| 1995 | 638 | 518 | 565 | 7.254 |
| 1996 | 725 | 577 | 627 | 6.686 |
| 1997 | 733 | 542 | 670 | 9.399 |
| 1998 | 877 | 668 | 701 | 9.789 |
| 1999 | 924 | 691 | 643 | 9.756 |
| 2000 | 1.044 | 1.694 | 870 | 10.306 |
| 2001 | 945 | 1.792 | 1.074 | 10.093 |
| 2002 | 926 | 1.975 | 1.152 | 10.054 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Ministério da Educação.

Verificando os dados da Tabela 1, o investimento público médio com educação no Brasil vem aumentando a cada ano. A educação superior é a que detém a maior parcela do gasto com educação nas etapas do aprendizado. Dentre a distribuição dos gastos nos anos apresentados destacam-se para a educação superior os anos de 2000 (13,3%), 2001 e 2002 (13%) como sendo os anos de maiores investimentos. Em segundo lugar ficou o ensino

fundamental, que teve na distribuição dos gastos com destaques para os anos de 2001 (20,5%) e 2002 (22,6%). Na seqüência vem a educação infantil com os maiores valores nos anos de 2000 (14,7%) e 2001 (13,3%). Por último, representando a menor parcela de gastos nas etapas do aprendizado fica o ensino médio com destaque para os anos de 2001 (16,2%) e em 2002 (17,4%).

Por outro lado Miranda (2002 apud AQUINO, 2000), descreve que ocorrem desperdícios no investimento em educação como: professores desqualificados, espaço físico inadequado, baixos salários, situação sócio-econômica das famílias, além de um planejamento da política educacional que não prioriza as camadas menos favorecidas, principalmente nas séries iniciais. Também ocorre de o aluno cursar em 12 anos os conteúdos que seriam para menos anos.

Para Lopes (2002 apud ALDCROFT,1990), à baixa formação é um fator que pode ajudar a desencorajar ou retardar a inovação e a introdução de melhores métodos de trabalho. Segundo o autor, trabalhadores com pouca preparação, quer na prática, quer em conhecimentos teóricos não podem compreender propriamente o que fazer e porquê fazer.

Na Tabela 2, podemos identificar os gastos da Região Sul e de Santa Catarina com educação, diferenciados de acordo com cada etapa do aprendizado: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior.

Tabela 2: Gasto público médio com educação por aluno em níveis de ensino na Região Sul e em Santa Catarina, no período de 1994 a 1999.

| Ano | Região ou Estado | Educação Infantil | Ensino Médio | Ensino Fundamental | Educação Superior |
|------|------------------|-------------------|--------------|--------------------|-------------------|
| 1994 | Região Sul | 422 | 359 | 312 | 3.139 |
| | Santa Catarina | 468 | 347 | 367 | 5.635 |
| 1995 | Região Sul | 759 | 598 | 501 | 5.796 |
| | Santa Catarina | 959 | 612 | 570 | 2.967 |
| 1996 | Região Sul | 886 | 725 | 559 | 5.293 |
| | Santa Catarina | 1.003 | 633 | 510 | 2.603 |
| 1997 | Região Sul | 624 | 612 | 630 | 5.992 |
| | Santa Catarina | 625 | 481 | 677 | 2.604 |
| 1998 | Região Sul | 764 | 750 | 689 | 6.216 |
| | Santa Catarina | 752 | 617 | 684 | 2.576 |
| 1999 | Região Sul | 950 | 802 | 622 | 7.804 |
| | Santa Catarina | 992 | 662 | 531 | 4.413 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Ministério da Educação.

O investimento público médio com educação na Região Sul e em Santa Catarina, assim como no Brasil, também vem aumentando a cada ano. Tanto para a Região Sul como para Santa Catarina a educação superior é a que representa a parcela maior dos gastos com educação. Em segundo lugar, diferentemente do que ocorre no Brasil, onde o ensino fundamental ficava em primeiro lugar, na Região Sul e Santa Catarina fica a educação infantil, em terceiro lugar aparecem os gastos com o ensino fundamental e por último o ensino médio.

Tanto na Região Sul, como em Santa Catarina, para a educação infantil os anos que tiveram destaque em gastos coincidiram, foram eles: Região Sul 1996 (20,1%) e 1999 (21,6%) e Santa Catarina 1996 (20,9%) e 1999 (20,7%).

Para o ensino fundamental também os anos que se destacaram com maiores gastos coincidiram-se: Região Sul 1998 (19,5%) e 1999 (20,9%), Santa Catarina 1998 (18,4%) e 1999 (19,7%).

No ensino médio os anos que tiveram os maiores recursos foram 1997 e 1998 tanto para a Região Sul como para Santa Catarina, com a Região Sul em 1997 gastando 19% e em 1998, 20,8%, já em Santa Catarina em 1997 o valor foi de 20,3% e em 1998, 20,5% do total de recursos destinados à educação.

A educação superior na Região Sul destacou-se por maiores gastos nos anos de 1998 (18,2%) e 1999 (22,8%). Santa Catarina não acompanhou os mesmos anos, teve destaque para os anos de 1994 (20,7%) e 1999 (21,2%).

Se houver investimentos em educação conseqüentemente haverá empregados mais qualificados. Com profissionais com mais capital humano no mercado de trabalho haverá crescimento econômico, podendo gerar novos empregos e maior renda para a população.

2.6 Retorno da educação

A cada ano, aumenta o número de pessoas matriculadas em todas os níveis de ensino. Isso pode ser visto, em parte, como resultado de maior investimento em capital humano por parte das pessoas que buscam melhorar seus salários por meio de maior qualificação.

Segundo Camargo e Giambiagi (2000), as pessoas estudam para poder entender melhor a sociedade em que vivem, porque é a maneira de aprender uma profissão, porque o estudo é indispensável para a sobrevivência. Se uma pessoa estiver mais instruída, ela vai receber um salário maior do que uma não instruída. Um ano a mais de estudo propicia informações adicionais que tornam a pessoa (mão-de-obra) mais valiosa. Um indivíduo pode

ser visto como se fosse um acumulador de informações, obtidas principalmente por meio de instrução formal.

Segundo Sachida, Loureiro e Mendonça (2004), a origem do interesse nos estudos sobre a relação entre escolaridade e o sucesso no mercado de trabalho pode estar nos diferenciais de salários entre pessoas com alto e baixo nível educacional, bem como a importância do capital humano no desenvolvimento de um país.

De acordo com Langoni (1974), a taxa interna de retorno em educação é a taxa de desconto que iguala o valor presente dos custos de educação com o valor presente dos benefícios. Os custos classificam-se em custos diretos e custo “puro” de oportunidade, representado pela renda que o indivíduo deixa de ganhar por estar na escola ao invés de estar no mercado de trabalho. Quanto aos benefícios a educação afeta a produtividade marginal do trabalho, refletida no mercado por uma variação no salário. O diferencial de salários ao longo do período de vida útil, representa os benefícios resultantes dos anos adicionais de educação.

Barbosa e Pessoa analisaram a taxa interna de retorno da educação e chegaram ao prêmio salarial de ciclos completos com trinta anos de trabalho (em%), conforme quadro abaixo:

Quadro 01: Prêmio Salarial de Ciclos completos com 30 anos de Trabalho (em %).

| Anos de estudo | 1981 | 1985 | 1990 | 1996 | 1999 | 2004 |
|----------------|------|------|------|------|------|------|
| 0 a 4 | 15,0 | 16,2 | 14,1 | 13,5 | 10,5 | 11,9 |
| 4 a 8 | 17,0 | 17,2 | 20,9 | 16,6 | 15,5 | 14,9 |
| 8 a 11 | 24,1 | 23,7 | 21,4 | 17,2 | 16,2 | 16,4 |
| 11 a 15 | 24,1 | 25,1 | 22,7 | 26,5 | 31,1 | 32,8 |
| 15 a 17 | 4,7 | 19,8 | 19,8 | 5,8 | 6,6 | 25,9 |

Fonte: Elaborado por Barbosa e Pessôa (2005).

A cada vez que se completa um ciclo de educação ocorre um prêmio salarial. Os maiores prêmios de salário ocorreram no ciclo universitário, que chegam a atingir mais de 32,8% ao ano em 2004.

3 EMPREGO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE NA DÉCADA DE 90 COM ÊNFASE NO GRAU DE INSTRUÇÃO

3.1 Grau de instrução do pessoal empregado nos diferentes setores econômicos

Diante da importância do capital humano para o crescimento da economia, faz-se necessário analisar o emprego segundo a qualificação profissional, para identificar o comportamento do nível de qualificação dos empregados da Região Oeste. A Tabela 3 mostra o número total de empregados da região e o grau de instrução dos mesmos.

Tabela 3: Total de empregados por grau de instrução, na Região Oeste, no período de 1990 a 2004.

| Grau de instrução | 1990 | 1995 | 2000 | 2004 |
|---------------------|--------|--------|--------|--------|
| Analfabeto | 2.509 | 1.898 | 1.308 | 923 |
| 4ª série incompleta | 15.065 | 12.713 | 8.768 | 10.192 |
| 4ª série completa | 32.101 | 32.761 | 29.750 | 29.478 |
| 8ª série incompleta | 22.910 | 31.504 | 33.555 | 35.626 |
| 8ª série completa | 17.443 | 23.799 | 35.925 | 49.754 |
| 2º grau completo | 9.745 | 13.472 | 18.528 | 27.737 |
| 2º grau incompleto | 13.847 | 19.277 | 31.432 | 59.633 |
| Superior incompleto | 2.492 | 3.660 | 5.418 | 9.431 |
| Superior completo | 4.568 | 7.611 | 9.714 | 17.543 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS de 1990 a 2004.

Analisando a Tabela 3, os dados mostram que no ano de 1990 a '4ª série completa' era o grau de instrução que contemplava maior parcela dos empregados na Região Oeste representando, 26,6% (32.101 empregados) do total. Seguido da '8ª série incompleta' com 19% das pessoas empregadas.

No ano de 1995 os graus de até a '4ª série completa' tiveram sua participação reduzida no total de empregados da região, já os níveis a partir da '8ª série incompleta' obtiveram aumento da participação se comparados com o ano de 1990. Os maiores aumentos foram: '8ª série incompleta' (passou de 19% para 21,5%), '8ª série completa' (passou de 14,5% para 16,2%) e '2º grau completo' (passou de 11,5% para 13,1%).

Em 2000 comparando com 1995, somente a partir da '8ª série completa' é que aumentou a participação no mercado e trabalho. Os aumentos mais significativos foram: '8ª

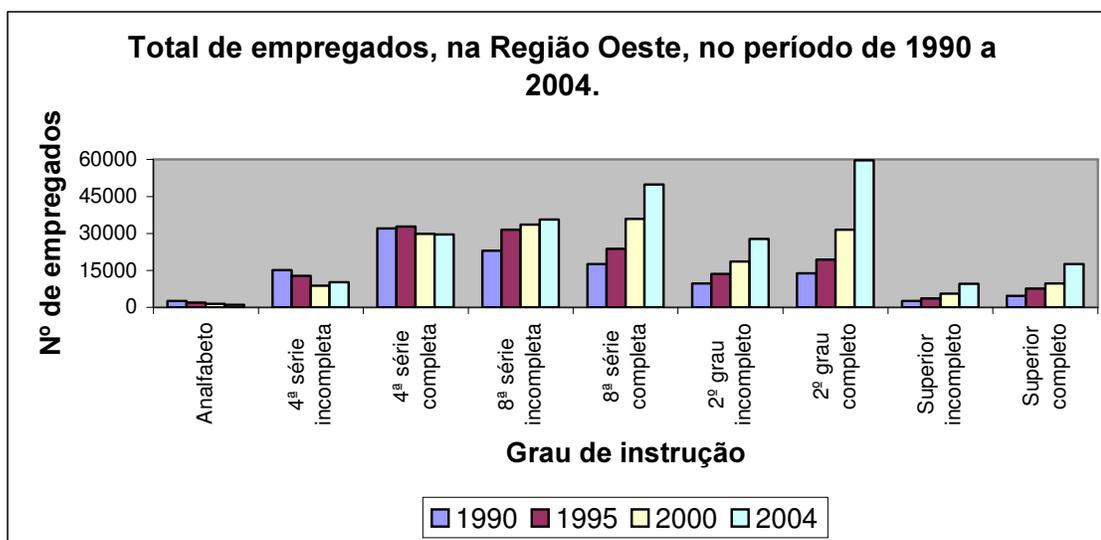
série completa' (passou de 16,2% para 20,6%) e '2º grau completo' (passou de 13,1% para 18%).

No ano de 2004, comparando os dados com 2000, os empregados com '2º grau completo' passam de 18% para 24,8%, este foi o nível de instrução que mais aumentou a participação.

Observa-se que também foi significativo o aumento da participação do 'superior incompleto' passando de 2,1% em 1990 para 3,9% em 2004 e 'superior completo' de 3,8% em 1990 para 7,3% em 2004.

As mesmas informações do total de empregados contidas na Tabela 3, são apresentadas no Gráfico 1.

Gráfico 1: Total de empregados por grau de instrução, na Região Oeste, no período de 1990 a 2004.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS de 1990 a 2004.

Para melhor mostrar a qualificação dos empregados da região, as informações foram analisadas por diferentes setores, quanto à qualificação por grau de instrução. A Tabela 6 traz a qualificação das pessoas empregadas na indústria.

Tabela 4: Qualificação dos empregados na indústria por grau de instrução, na Região Oeste, no período de 1990 a 2004, em %.

| Grau de instrução | 1990 | 1995 | 2000 | 2004 |
|---------------------|------|------|------|------|
| Analfabeto | 2,1 | 1,1 | 0,6 | 0,3 |
| 4ª série incompleta | 16,3 | 10,1 | 5,2 | 3,6 |
| 4ª série completa | 33,7 | 26,9 | 20,4 | 11,9 |
| 8ª série incompleta | 21,9 | 29,3 | 24,2 | 18,4 |
| 8ª série completa | 12,1 | 14,5 | 21,8 | 23,0 |
| 2º grau incompleto | 5,3 | 7,2 | 10,2 | 13,5 |
| 2º grau completo | 5,6 | 7,0 | 13,6 | 23,5 |
| Superior incompleto | 1,2 | 1,7 | 1,8 | 2,9 |
| Superior completo | 1,8 | 2,2 | 2,2 | 2,9 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS de 1990 a 2004.

Analisando a Tabela 4, verifica-se que em 1990 o grau de instrução mais representativo no setor da indústria era a '4ª série completa', com 33,7% dos empregados. Em 1995, a maior participação foi da '8ª série incompleta', com 29,3% de empregados.

Para 2000, a '4ª série completa' e a '8ª série incompleta' tiveram redução na participação do grau de instrução entre os empregados quando comparados com 1995. Os maiores aumentos foram: '8ª série completa' subiu de 14,5% para 21,8% e o '2º grau completo' que passou de 7% para 13,6% no período.

Foi no ano de 2004 que a qualificação teve maior aumento para o setor da indústria, passando a maior parte dos empregados para os graus acima da '8ª série completa', quando comparados aos dados de 2000. Os graus que mais representaram aumento foram: '8ª série completa' de 21,8% para 23%, o '2º grau incompleto' de 10,2% para 13,5%, o '2º grau completo' com o aumento mais representativo de 13,6% para 23,5%.

Os subsetores que mais empregaram dentro do setor da indústria foram em primeiro lugar o de alimentos e bebidas e em segundo o de madeira e mobiliário. Considerando as análises referentes ao setor industrial na região, deduz-se que os empregos ofertados por estes dois segmentos, estão exigindo aumento do grau de instrução de seus funcionários.

Tabela 5: Qualificação dos empregados na construção civil, na Região Oeste, no período de 1990 a 2004, em %.

| Grau de instrução | 1990 | 1995 | 2000 | 2004 |
|---------------------|------|------|------|------|
| Analfabeto | 1,7 | 1,4 | 1,1 | 0,7 |
| 4ª série incompleta | 13,5 | 13,3 | 7,4 | 5,6 |
| 4ª série completa | 31,5 | 24,1 | 22,0 | 19,3 |
| 8ª série incompleta | 25,5 | 27,3 | 27,7 | 22,0 |
| 8ª série completa | 18,8 | 21,4 | 22,6 | 25,1 |
| 2º grau incompleto | 5,6 | 6,5 | 7,8 | 6,9 |
| 2º grau completo | 2,4 | 3,9 | 8,5 | 15,8 |
| Superior incompleto | 0,4 | 0,6 | 1,1 | 1,7 |
| Superior completo | 0,7 | 1,5 | 1,8 | 2,9 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS de 1990 a 2004.

Conforme dados da Tabela 5, no ano de 1990, a ‘4ª série completa’ registrou maior participação no grau de instrução entre os empregados da construção civil, sendo 31,5% de seus empregados com esse nível de estudo, em seguida vem a ‘8ª série incompleta com 25,5%.

Em 1995, o grau de instrução mais representativo foi a ‘8ª série incompleta’ com 27,3% de empregados e em seguida da ‘4ª série completa’ com 21,4%.

Para o ano de 2000, os graus de instrução abaixo da ‘4ª série completa’ diminuíram participação entre os empregados, enquanto que a partir da ‘8ª série incompleta’ aumentou a participação ao se comparar os dados de 1995. Os graus que mais representaram crescimento foram: ‘8ª série completa’ (de 21,4% para 22,6%), o ‘2º grau incompleto (de 6,5% para 7,8%) e também o ‘2º grau completo’ (de 3,96% para 8,5%).

Em 2004, comparando com 2000, as escolaridades abaixo da ‘8ª série incompleta’ tiveram redução nos percentuais e os que tiveram maiores aumentos foram: ‘8ª série completa’ de 22,6% para 25,1% e o ‘2º grau completo’ de 8,5% para 15,8% no período.

Tabela 6: Qualificação dos empregados no comércio, na Região Oeste, no período de 1990 a 2004, em %.

| Grau de instrução | 1990 | 1995 | 2000 | 2004 |
|---------------------|------|------|------|------|
| Analfabeto | 1,6 | 0,5 | 0,7 | 0,1 |
| 4ª série incompleta | 4,0 | 3,4 | 1,7 | 1,4 |
| 4ª série completa | 15,6 | 16,0 | 8,3 | 6,4 |
| 8ª série incompleta | 18,3 | 19,8 | 15,5 | 11,5 |
| 8ª série completa | 24,8 | 24,0 | 26,1 | 21,9 |
| 2º grau incompleto | 15,8 | 15,0 | 17,3 | 16,4 |
| 2º grau completo | 16,2 | 16,6 | 25,3 | 34,7 |
| Superior incompleto | 1,8 | 2,2 | 3,0 | 4,6 |
| Superior completo | 1,9 | 2,5 | 2,1 | 2,9 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS de 1990 a 2004.

Analisando os dados da Tabela 6, no ano de 1990, a ‘8ª série completa’ teve maior participação no grau de instrução entre os empregados do comércio, sendo 24,8% de seus empregados com essa instrução.

Em 1995, o grau de instrução mais representativo continuava sendo a ‘8ª série completa’ com 24% de empregado, porém é possível observar aumento da participação dos empregados com ‘8ª série incompleta’, de 18,3% em 1990 para 19,8% em 1995.

Em 2000, os graus de instrução abaixo da ‘8ª série incompleta’ diminuíram participação entre os empregados e a partir da ‘8ª série completa’ se observou aumento quando comparados com 1995. Os níveis que mais cresceram foram: ‘8ª série completa’ (de 24,0% para 26,1%), ‘2º grau incompleto’ (de 15% para 17,3%), o ‘2º grau completo’ (de 16,6% para 25,3%).

No ano de 2004, em relação à 2000, os graus de instrução abaixo do ‘2º grau completo’ sofreram redução entre os empregados desse setor, os graus a partir do ‘2º grau completo’ que mais subiram na participação foram: o ‘2º grau completo’ de 25,3% para 34,7%, o ‘superior incompleto’ de 3% para 4,6% e o ‘superior completo’ de 2,1% para 2,9%.

Tabela 7: Qualificação dos empregados nos serviços, na Região Oeste, no período de 1990 a 2004, em %.

| Grau de instrução | 1990 | 1995 | 2000 | 2004 |
|---------------------|------|------|------|------|
| Analfabeto | 2,2 | 1,6 | 0,8 | 0,4 |
| 4ª série incompleta | 10,9 | 6,7 | 4,3 | 3,6 |
| 4ª série completa | 22,6 | 17,8 | 13,8 | 12,5 |
| 8ª série incompleta | 16,0 | 12,4 | 13,3 | 10,6 |
| 8ª série completa | 13,2 | 15,1 | 17,6 | 17,9 |
| 2º grau incompleto | 8,3 | 9,8 | 9,1 | 7,9 |
| 2º grau completo | 16,5 | 21,3 | 23,2 | 24,9 |
| Superior incompleto | 3,3 | 4,0 | 5,4 | 5,6 |
| Superior completo | 7,0 | 11,2 | 12,6 | 16,7 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS de 1990 a 2004.

Os dados da Tabela 7 mostram que em 1990, o grau de instrução mais representativo no setor de serviços foi a '4ª série completa', com 22,6% de empregados. Em 1995, o grau de instrução mais representativo foi o '2º grau completo', com 21,3% de empregados.

Ao comparar-se 2000 com 1995 constata-se que os graus de instrução abaixo da '4ª série completa' tiveram redução na participação do grau de instrução entre os empregados do setor de serviços. As escolaridades com maior aumento foram: '8ª série completa' subiu de 15,1% para 17,6% e o '2º grau completo' subiu de 21,3% para 23,2%.

No ano de 2004, comparado aos dados de 2000, os graus de instrução mais significativos foram: o '2º grau completo' subindo de 23,2% para 24,9% e o 'superior completo' de 12,6% para 16,7%.

Os subsetores que mais empregaram no setor dos serviços foram em primeiro lugar administração pública e em segundo o ensino. Deduz-se nas análises referentes ao setor de serviços na região, que os empregos ofertados por estes dois segmentos, estão exigindo aumento do grau de instrução de seus funcionários.

De acordo com os dados da Tabela 8, no ano de 1990, a '4ª série completa' foi o grau de instrução de maior parte dos empregados da agropecuária, sendo 34% de seus empregados com essa instrução. Em 1995, o grau de instrução mais representativo continuava sendo a '4ª série completa', porém com 31,2% de empregados.

Tabela 8: Qualificação dos empregados na agropecuária, na Região Oeste, no período de 1990 a 2004, em %.

| Grau de instrução | 1990 | 1995 | 2000 | 2004 |
|---------------------|------|------|------|------|
| Analfabeto | 2,3 | 2,7 | 1,4 | 1,1 |
| 4ª série incompleta | 19,9 | 19,0 | 14,6 | 16,7 |
| 4ª série completa | 34,0 | 31,2 | 32,6 | 24,6 |
| 8ª série incompleta | 18,4 | 21,1 | 23,2 | 19,4 |
| 8ª série completa | 8,8 | 10,2 | 12,7 | 15,6 |
| 2º grau incompleto | 5,2 | 5,0 | 5,2 | 7,4 |
| 2º grau completo | 7,7 | 6,6 | 6,5 | 10,7 |
| Superior incompleto | 1,3 | 1,4 | 1,3 | 1,6 |
| Superior completo | 2,3 | 2,8 | 2,5 | 3,0 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS de 1990 a 2004.

De acordo com os dados da Tabela 8, no ano de 1990, a ‘4ª série completa’ foi o grau de instrução de maior parte dos empregados da agropecuária, sendo 34% de seus empregados com essa instrução. Em 1995, o grau de instrução mais representativo continuava sendo a ‘4ª série completa’, porém com 31,2% de empregados.

Para 2000, os graus de instrução abaixo da ‘4ª série incompleta’ tiveram redução na participação entre os empregados. Os graus que mais representaram aumento foram: ‘8ª série incompleta’ de 21,1% para 23,2%, ‘8ª série completa’ de 10,2% para 12,7%.

No ano de 2004, alguns graus de instrução aumentaram sua participação dentre os empregados da agropecuária, mas a maioria destes encontram nos graus de instrução entre ‘4ª série incompleta’ e 8ª série completa. Os analfabetos, que para os outros setores ficou abaixo de zero, para a agropecuária ficou em 1,1%. As escolaridades que tiveram maior evolução foram: a ‘8ª série completa’ de 12,7% para 15,6%, o ‘2º grau incompleto’ de 5,2% para 7,4%, o ‘2º grau completo’ que passou de 6,5% para 10,7%.

Analisando todos os setores pode-se dizer que na Região Oeste, em 1990, a maior parte dos empregados possuíam a ‘4ª série completa’ e em 2004 a maioria dos empregados estava com ‘2º grau completo’. A análise da evolução da escolaridade dos empregados comprova que a região vem apresentando maior nível de qualificação, ou seja, o capital humano vem melhorando.

No setor da construção civil, passou da ‘8ª série incompleta’, para a ‘8ª série completa’, no comércio da ‘8ª série completa’, para o ‘2º grau completo’. Nos serviços da ‘4ª série

completa’, para o ‘2º grau completo’ e somente na agricultura se manteve no mesmo grau de instrução, ‘4ª série completa’, mas com percentual de participação mais baixo que em 1990.

3.2 Escolaridade média na participação do emprego

A escolaridade média na participação do emprego é importante, pois mostra a média de anos de estudo das pessoas empregadas. Também é possível verificar a exigência de qualificação do mercado de trabalho. Pode-se observar na Tabela 9, a média de anos de estudo, na Região Oeste, por faixa etária.

Tabela 9: Média de anos de estudo dos empregados, por faixa etária, na Região Oeste, no período de 1990 a 2004 (em anos de estudo).

| Faixa etária | 1990 | 1995 | 2000 | 2004 |
|-----------------|------|------|------|------|
| 10 a 14 anos | 5,4 | 6,0 | 6,9 | - |
| 15 a 17 anos | 6,1 | 6,8 | 7,9 | 8,7 |
| 18 a 24 anos | 7,0 | 7,4 | 8,4 | 9,3 |
| 25 a 29 anos | 7,1 | 7,6 | 8,3 | 9,2 |
| 30 a 39 anos | 6,6 | 7,2 | 8,0 | 8,7 |
| 40 a 49 anos | 5,4 | 6,1 | 7,2 | 7,9 |
| 50 a 64 anos | 4,5 | 5,1 | 6,0 | 6,7 |
| 65 anos ou mais | 4,8 | 5,6 | 5,3 | 6,3 |

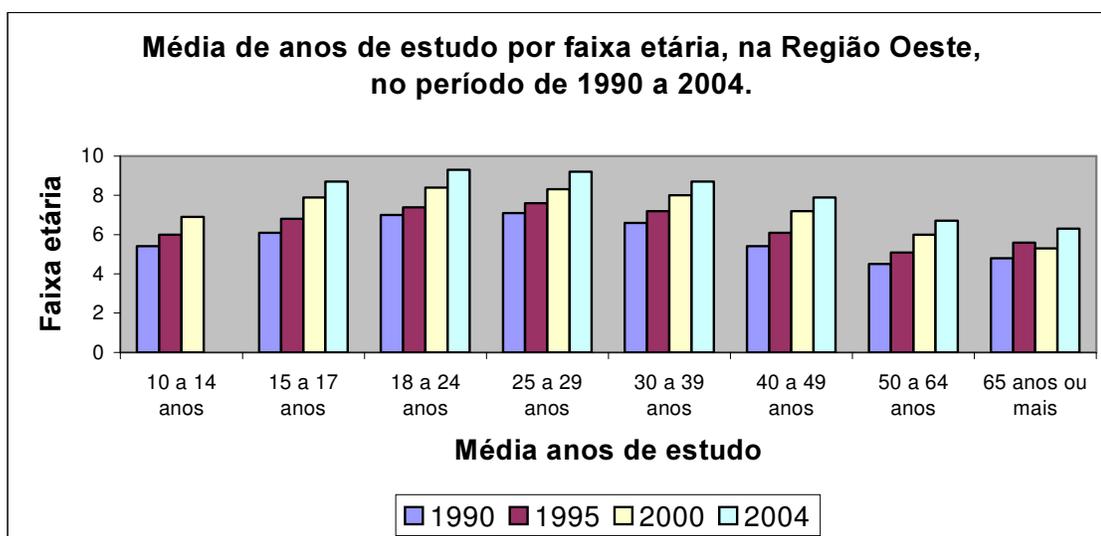
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS de 1990 a 2004.

* No ano de 2004 a primeira faixa etária disponibilizada ‘até 17 anos’, está lançada nos dados de ‘15 a 17 anos’, contendo os dados de ‘10 a 14 anos’.

Os dados da Tabela 9 mostram que houve um crescimento nas médias de anos de estudo da Região Oeste em diferentes as faixas etárias, porém ao analisar-se os dados de 2004 em relação a 1990 as faixas dos ‘40 a 49 anos’ e dos ‘50 a 64 anos’ são as que passaram a acumular mais anos de estudo. Também a faixa dos ‘15 a 17 anos’ mostra significativa alteração.

Para melhor visualização, as informações da média de anos de estudo contidas na Tabela 9, são apresentadas no Gráfico 2:

Gráfico 2: Média de anos de estudo dos empregados por faixa etária na Região Oeste, no período de 1990 a 2004.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS de 1990 a 2004.

Em todas as microrregiões houve crescimento nas médias de anos de estudo nas diferentes faixas etárias no decorrer dos anos citados. Nas faixas de '40 a 49 anos' e '50 a 64 anos' é que se percebe maior mudança na quantidade de anos em estudo. Nas microrregiões de Chapecó, Joaçaba e Concórdia observa-se aumento de anos de estudo além das faixas citadas, na faixa de '15 a 17 anos'. Esse assunto já foi estudado por vários autores, entre eles Amadeo (2006) que descreve que os jovens estão se preparando mais antes de começar a trabalhar.

O aumento na média de anos de estudo também vem em consequência da aprovação do plano nacional de educação contido na lei 10.172 que foi aprovada em 09 de janeiro de 2001 e que tinha como objetivos a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação de profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. O plano também previa garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino; garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram; ampliação do atendimento nos demais

níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior e valorização dos profissionais da educação.

3.3 Renda por tempo médio de estudo

A busca por melhores remunerações faz com que muitas pessoas invistam tempo e dinheiro para melhorar o nível de instrução. Esse motivo tem levado ao aumento da demanda por educação em instituições de ensino que oferecem diferentes tipos de formação (ensino acadêmico e profissionalizante).

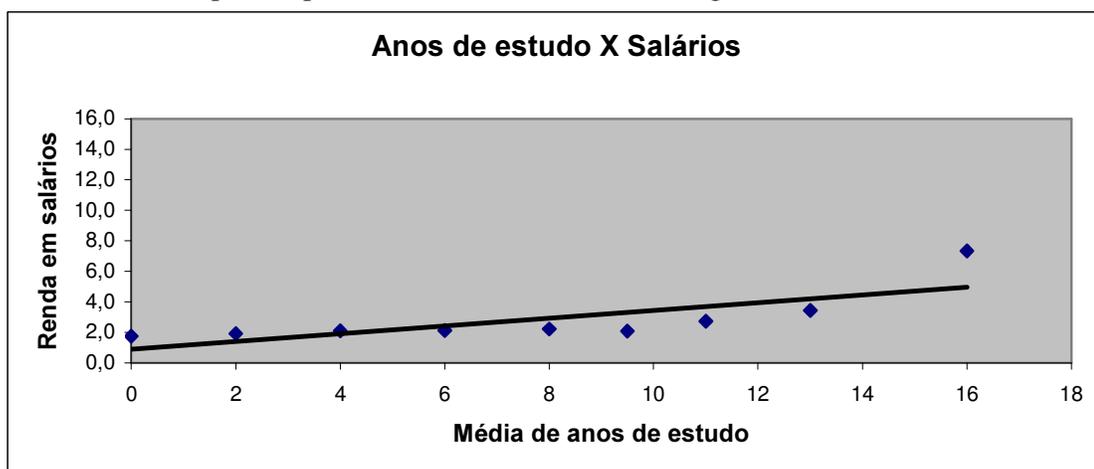
Segundo Camargo e Giambiagi (2000), se uma pessoa estiver mais qualificada ela vai receber salários maiores do que uma não qualificada e um ano a mais de estudo dão a ela informações que tornam sua mão-de-obra mais valiosa.

Fernandes, Gremaud e Ulysea (2004), também estudaram sobre os retornos da educação e acreditam que os rendimentos dos indivíduos são em grande parte determinados pela interação entre sua dotação de educação e a taxa de retorno da mesma.

Com o objetivo de verificar se na Região Oeste Catarinense essa teoria se confirma, analisou-se a média de anos de estudo com remuneração média dos empregados.

A renda por tempo médio de estudo mostra a correlação existente entre as variáveis ‘média de anos de estudo’ e ‘remuneração média’, bem como, verifica se existe correlação positiva ou não entre as variáveis. O Gráfico 3 mostra o aumento da remuneração conforme aumenta o número de anos de estudo dos empregados.

Gráfico 3: Renda por tempo médio de anos de estudo, na região Oeste, em 2004.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS.

O Grau de Correlação quanto mais se aproxima de +1, mais positiva é sua relação entre as variáveis.

Tabela 10: Grau de Correlação da renda com tempo médio de anos de estudo, na Região Oeste, nos anos 1990, 1995, 2000 e 2004.

| Anos | Correlação |
|------|------------|
| 1990 | 0,84 |
| 1995 | 0,89 |
| 2000 | 0,80 |
| 2004 | 0,76 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS de 1990 a 2004.

Analisando a Tabela 10, percebe-se que a correlação da renda com tempo médio de anos de estudo é altamente positiva, ou seja, quanto maior o grau de instrução maior a remuneração, as duas variáveis evoluem na mesma direção. Observou-se em todo o período analisado, que o Grau de Correlação é positivo em todos os anos, estando mais próximo de +1 no ano de 1995, onde a correlação foi 0,89.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após verificar as concepções teóricas sobre o capital humano percebe-se que é fundamental para a economia a participação de pessoas educadas e habilitadas. Que este é um fator que contribui para o crescimento da economia e da renda dos trabalhadores.

Uma das formas de aumentar o capital humano é através da educação. A acumulação de capital humano contribui para o crescimento econômico ao possibilitar o aumento da produção e a oportunidade de empregos, em consequência melhora as condições de renda da população.

Desde que as máquinas foram introduzidas na indústria, o trabalho humano está sendo eliminado do processo de produção. Para que não ocorra o desemprego as pessoas precisam estar qualificadas para acompanhar o processo tecnológico, pois as empresas demandam cada vez mais profissionais com maior capital humano.

Constatou-se que na região houve aumento da acumulação de capital humano. Esta afirmação pode ser confirmada nos dados de qualificação dos empregados em diferentes setores, por grau de instrução. Em 1990 a maior parte dos empregados possuíam grau de

instrução de '4ª série completa' e em 2004 a escolaridade passou para o '2º grau completo'. O setor da agropecuária foi o único setor que em 1990 apresentou maior participação dos empregados com a '4ª série completa' e permaneceu com a mesma escolaridade no final de 2004.

Outro dado que comprova o aumento do capital humano na região é a média de anos de estudo por faixa etária. O maior aumento ocorreu nas faixas de '15 a 17 anos', '40 a 49 anos' e '50 a 64 anos'. Percebe-se que as pessoas mais novas estão entrando para o mercado de trabalho mais qualificadas. Isso já era evidente em 1990 e em 2004 está mais visível.

Esse estudo veio comprovar o aumento do capital humano para os empregados da Região Oeste Catarinense. Mostrou também que a educação influencia na renda dos trabalhadores e quanto mais experiência e escolaridade tiverem maior será a remuneração dos empregados.

A tendência é que as pessoas continuem buscando cada vez mais educação acadêmica e cursos profissionalizantes, tanto para se manterem empregadas como para melhorarem a suas rendas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital Intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.

AMADEO, Edward. **Mercado de trabalho brasileiro**: rumos, desafios e o papel do ministério do trabalho. [S.I.]: 1998. Disponível em: <<http://www.geocities.com/projetopiracema/ArtigosGlobo/MercadoTrabalhoBrasileiro.html>>. Acesso em 06 nov. 2006.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. **Retorno da Educação no Brasil**. 2005. Mimeo.

BARRETO, Flavia Atatiba Daltro; ALENCAR, Frederico Augusto Gomes; CASTELAR, Luiz Ivan de Mello. **Capital humano, políticas educacionais e a trajetória de crescimento da economia brasileira**. [S.I.], 2001. Disponível em: <<http://www.caen.ufc.br/pdf/TD%20225.pdf>>. Acesso: 24 out. 2006.

BARROS, Ricardo Paes de Barros; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/td/td0525.pdf>. Acesso: 08 nov. 2006.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/l-010172-09-01-2001.htm>. Acesso: 15 jan. 2007.

CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fabio. **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. São Paulo: Atlas, 1994.

DIAS, Joilson; DIAS, Maria Helena Ambrósio; LIMA, Fernandina Fernandes de. **Crescimento Econômico e nível de escolaridade** : teoria e estimativas dinâmicas em painel de dados. XXXIII Encontro Nacional de Economia. Anais. Natal (RN), 2005.

DRUCKER, Peter. O futuro já chegou. **Exame**. São Paulo, n. 710, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.dainf.cefetpr.br/~graeml/textos/O%20futuro%20ja%20chegou.PDF>>. Acesso: 28 nov. 2006.

DRUCKER, Peter. Uma era de descontinuidade: orientações para uma sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick; ULYSSEA, Gabriel. **Sistema brasileiro de financiamento à educação básica**: principais características, limitações e alternativas. Brasília: 2004. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/publicacoes/pdf/Texto_05.pdf>. Acesso: 24 out. 2006.

LANGONI, Geraldo Carlos. **As causas do crescimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: APEC, 1974.

LOPES, Ermelinda. O investimento em capital humano e o desenvolvimento regional. In: **Compêndio de Economia Regional**. Coimbra: APDR, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Estatísticas. <www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseduacao/>

MIRANDA, Mariléia. **O retorno do investimento em capital humano em setores selecionados do município de Chapecó – SC**. Chapecó: 2002. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade do Oeste de Santa Catarina.

NAKABASCHI, Luciano; FIGUEIREDO, Lizia De. **Capital humano e crescimento**: impactos diretos e indiretos. Belo Horizonte: [s.n.], 2005.

SACHSIDA, Adolfo; LOUREIRO, Paulo Roberto Amorin; MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso de. Um estudo sobre retorno em escolaridade no Brasil. **Revista brasileira de economia** Rio de Janeiro: [s.n.].

SOARES, Rodrigo Reis; GONZAGA, Gustavo. **Determinantes de salários no Brasil**: dualidade ou não linearidade no retorno à educação? Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td380.pdf>>. Acesso: 08 nov. 2006.

SOUZA, Nali de Jesus de; **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1997.